

ANEXO

Distribuição dos Valores aos Estados e Distrito Federal		
Fonte: Ação 20AB		
UF	CÓDIGO IBGE	VALOR (EM R\$)
Rondônia	110000	100.000,00
Acre	120000	100.000,00
Amazonas	130000	100.000,00
Roraima	140000	100.000,00
Pará	150000	182.760,00
Amapá	160000	100.000,00
Tocantins	170000	100.000,00
Maranhão	210000	182.760,00
Piauí	220000	100.000,00
Ceará	230000	182.760,00
Rio Grande do Norte	240000	100.000,00
Paraíba	250000	100.000,00
Pernambuco	260000	182.760,00
Alagoas	270000	100.000,00
Sergipe	280000	100.000,00
Bahia	290000	182.760,00
Minas Gerais	310000	182.760,00
Espírito Santo	320000	100.000,00
Rio de Janeiro	330000	182.760,00
São Paulo	350000	182.760,00
Paraná	410000	182.760,00
Santa Catarina	420000	182.760,00
Rio Grande do Sul	430000	182.760,00
Mato Grosso do Sul	500000	100.000,00
Mato Grosso	510000	100.000,00
Goiás	520000	182.760,00
Distrito Federal	530000	100.000,00
Total	27	3.693.120,00

PORTARIA Nº 3.785, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Revoga a Portaria nº 4.111/GM/MS, de 29 de dezembro de 2017, que habilita transferência de recursos fundo a fundo em parcela única para Estados, Municípios e Distrito Federal destinado à aquisição de Unidade Móvel SAMU 192.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII - Do Financiamento das Redes de Atenção à Saúde - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando as diretrizes nacionais já estabelecidas para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 como componente da Rede de Urgência e Emergência no país, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 4.111/GM/MS, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 30 de dezembro de 2017, Seção 1 página 11, que habilita transferência de recursos fundo a fundo em parcela única para Estados, Municípios e Distrito Federal destinado à aquisição de Unidade Móvel SAMU 192.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.789, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 3.156/GM/MS, de 4 de outubro de 2018, que habilita o Município de Fernandópolis (SP) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 129, Seção V, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o preenchimento dos requisitos e o cumprimento das etapas previstas no art. 25, seção III, Capítulo III, Anexo XVII, da Portaria Consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.156/GM/MS, de 4 de outubro de 2018, que habilita o município de Fernandópolis (SP) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 3156/GM/MS?, de 4 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 193, de 5 de outubro de 2018, Seção 1, página 39, passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	GESTÃO	TOTAL DE ADOLESCENTES	VALOR MENSAL POR UNIDADE (R\$)	VALOR TOTAL A SER REPASSADO MENSALMENTE (R\$)
SP	Fernandópolis	Casa de Semiliberdade Fernandópolis	Municipal	26	3.208,50	3.208,50

PORTARIA Nº 3.805, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 340 e o art. 349 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde Associação Franciscana de Assistência à Saúde, no município de Santa Maria/RS, CNES: 5922216, sob Gestão Estadual, resolve:

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.788, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Programa de Integridade do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política de Governança Pública, estabelecendo como um dos seus princípios, a Integridade;

Considerando a Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que estabelece orientações para adoção de procedimentos para a estruturação, execução e monitoramento de programa de integridade e

Considerando a Portaria nº 1.822/GM/MS, de 20 de julho de 2017, que institui a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - PGRI no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Integridade do Ministério da Saúde - PI-MS, com a finalidade de promover a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança, no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 2º A implantação do PI-MS seguirá as diretrizes e orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Fica instituído o Comitê Técnico de Integridade do Ministério da Saúde - CTI-MS, que será composto pelas seguintes unidades:

I - Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MS);

II - Comissão de Ética do Ministério da Saúde (CE-MS);

III - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGESP/SAA/SE/MS);

IV - Corregedoria-Geral (CORREG/MS); e

V - Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (DOGES/SGEP/MS).

§ 1º As unidades indicadas no caput serão representadas por seus titulares, tendo como suplentes os respectivos substitutos.

§ 2º A coordenação do CTI-MS ficará a cargo da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/MS.

§ 3º A participação no CTI-MS será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Compete ao CTI-MS:

I - coordenar a elaboração e a revisão do PI-MS, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

II - submeter à aprovação do Ministro de Estado a proposta do PI-MS e revisá-lo periodicamente;

III - coordenar a estruturação, execução e monitoramento do PI-MS, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

IV - propor ações para o aperfeiçoamento do PI-MS;

V - levantar a situação das unidades relacionadas ao PI-MS e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

VI - apoiar a gestão de riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

VII - coordenar a disseminação de informações sobre o PI-MS no âmbito do Ministério da Saúde;

VIII - atuar na orientação e na capacitação dos servidores do Ministério da Saúde com relação aos temas atinentes ao PI-MS;

IX - planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao PI-MS;

X - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

XI - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do Ministério da Saúde; e

XII - dispor sobre a sua organização e funcionamento.

Art. 5º O CTI-MS se reunirá periodicamente para deliberar sobre a execução do PI-MS e sobre matérias afetas à Integridade.

Art. 6º O CTI-MS poderá criar Grupos de Trabalho para estudos e apreciação de matérias específicas, podendo convidar técnicos do Ministério da Saúde, das entidades vinculadas, bem como de outras áreas de pertinência com o objeto em discussão.

Art. 7º Poderão ser convidados a participar das reuniões do CTI-MS representantes do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Controladoria-Geral da União - CGU), do Tribunal de Contas da União - TCU, da Advocacia-Geral da União - AGU, da Rede Interna de Controle do MS e de áreas afins.

Art. 8º Caberá à Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/MS prover o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CTI-MS.

Art. 9º Compete à alta administração, na forma do art. 6º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, aos demais dirigentes das unidades organizacionais e a todos os servidores e colaboradores do Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a Integridade no âmbito de sua respectiva competência e atribuição, devendo prestar o apoio e condições para o desenvolvimento dos trabalhos do CTI-MS.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152018113000187

187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.